

Demonstrações Contábeis Regulatórias

Sá Carvalho S.A.

31 de dezembro de 2025
com Relatório do Auditor Independente

SUMÁRIO

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2025	3
RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES.....	3
BALANÇOS PATRIMONIAIS.....	4
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS	6
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES.....	7
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	8
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA	9
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS	10
1. CONTEXTO OPERACIONAL	10
2. BASE DE PREPARAÇÃO	11
3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	14
4. INVESTIMENTOS TEMPORÁRIOS	14
5. CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS E PERMISSONÁRIAS.....	15
6. DEPÓSITOS JUDICIAIS	15
7. IMOBILIZADO	15
8. INTANGÍVEL	17
9. FORNECEDORES.....	18
10. PROVISÕES.....	19
11. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES	20
12. ENCARGOS SETORIAIS	21
13. OBRIGAÇÕES VINCULADAS À CONCESSÃO DO SERVIÇO PÚBLICO DE ENERGIA ELÉTRICA.....	22
14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	22
15. RECEITA	24
16. CUSTOS NÃO GERENCIÁVEIS	25
17. CUSTOS GERENCIÁVEIS	25
18. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS.....	26
19. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS	27
20. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS.....	28
21. NOTAS DE CONCILIAÇÃO	31
TERMO DE RESPONSABILIDADE.....	36

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2025

Senhores Acionistas,

A Sá Carvalho S.A. (“Companhia”) submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração com conjunto com as Demonstrações Contábeis Regulatórias e o relatório dos Auditores Independentes referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

A SÁ CARVALHO

A Sá Carvalho S.A. é uma sociedade anônima, subsidiária integral da Cemig Geração e Transmissão S.A.-Cemig GT e tem sede e foro em Belo Horizonte Estado de Minas Gerais, na Av. Barbacena, 1200, Subsolo 1, Sala 5, Bairro Santo Agostinho e tem por objeto social a produção e a comercialização de energia elétrica, como de concessionária de serviços públicos, através da Usina Hidrelétrica de Sá Carvalho, localizada no Rio Piracicaba, no Município de Antônio Dias, Estado de Minas Gerais.

A Sá Carvalho possui, em operação, uma usina hidrelétrica com capacidade instalada de 78 MW.

Parque Gerador – Características físicas

Usina	Potência Total	Garantia Física Total	Tipo de Usina	Início de Operação Comercial	Vencimento da Concessão
Sá Carvalho	78	54,40	UHE	1951	30/08/2026

(1) Os contratos de concessão elegíveis à extensão da outorga em função da repactuação do risco hidrológico (GSF) aguardam chamado da Aneel para assinatura do aditivo e, as usinas elegíveis que possuem outorga por meio de resolução autorizativa, aguardam a reformulação desses atos para constar as novas datas.

Garantia física realizada e esperada

Usina	2023 Realizado	2024 Realizado	2025 Realizado	2026	2027	2028	2029
Sá Carvalho	54,40	54,40	54,40	35,77	-	-	-

Modelo de negócio e condições no ACR

Usina	Modelo de negócio em 01/Jan/2025	Preço no ACR em 01/Jan/2025	Data e índice de reajuste no ACR
Integral			
Sá Carvalho	100% ACL	Não aplicável	Não aplicável

COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA

O capital social da Companhia, em 31 de dezembro de 2025 e 2024, era de R\$ 36.833 mil, dividido em 361.200.000 (trezentos e sessenta e um milhões, duzentos mil) ações, sendo 120.401.400 (cento e vinte milhões, quatrocentos e um mil e quatrocentas) ações ordinárias e 240.798.600 (duzentos e quarenta milhões, setecentos e noventa e oito mil e seiscentas) ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal, de propriedade integral da Cemig Geração e Transmissão – CEMIG GT.

INVESTIMENTOS

Com a finalidade de manter a adequada funcionalidade e disponibilidade da usina, Sá Carvalho, realiza os investimentos necessários para a manutenção dos processos e rotinas da usina, além de atendimento a requisitos legais ambientais e de segurança de barragens.

Através de técnicas de engenharia de confiabilidade, é realizado o diagnóstico de suas instalações com o objetivo de identificar os investimentos necessários para garantir a disponibilidade do ativo, redução dos riscos estrutural e funcional das barragens e às pessoas e equipamentos, e atendimento aos requisitos ambientais, regulatórios e obrigações legais.

Em 2025, a companhia investiu R\$506 mil, desse montante destacam-se os investimentos de adequação de sistema de energia e conectividade e aquisição de equipamentos diversos.

AMBIENTE REGULATÓRIO

No ano de 2025, a hidrologia verificada manteve-se em níveis significativamente abaixo da média histórica, aproximando-se das piores condições já observadas no período entre 1931 e 2024. A Energia Natural Afluenta (ENA) ficou em 77% da média de longo termo (MLT) no Sistema Interligado Nacional (SIN), sendo que os submercados Sudeste (76% MLT), Sul (90% MLT), Nordeste (46% MLT) e Norte (73% MLT).

Para 2025 tivemos a recalibração dos parâmetros de risco dos modelos de precificação que saíram de um par 25/35 (25% das piores series com um peso de 35% na função objetivo) para um par 15/40 (15% das piores series com um peso de 40% na função objetivo), essa alteração faz com que o modelo fique mais averso ao risco elevando o custo de operação do sistema e assim o PLD (Preço da Liquidação das diferenças).

Já o armazenamento não apresentou destaques permanecendo em valores próximos a média do histórico e fechando o ano com 45% de armazenamento no SIN (10º Maior de 1999 a 2025)

O PLD de 2025 iniciou o ano com valores abaixo de R\$ 100/MWh refletindo as boas chuvas de dezembro e janeiro, contudo a partir de março o preço elevou para acima de R\$ 300/MWh, ao longo dos meses seguintes ficou oscilando entre 200 e 300 R\$/MWh. Na média do ano tivemos o sudeste com R\$ 223,46/MWh, Sul com R\$ 225,94/MWh, Nordeste com R\$ 176,61/MWh e Norte com R\$ 182,22/MWh. O GSF (Generation Scaling Factor) médio do ano ficou em 0,83, sendo o maior verificado em janeiro (1,13) e o menor em agosto (0,625).

Taxa Regulatória de Remuneração do Capital (WACC)

Em 01 de março de 2026, a Aneel publicou a atualização dos valores das Taxas Regulatórias de Remuneração do Capital (WACC) dos segmentos de geração, transmissão e distribuição, aplicadas aos processos instruídos de março de 2026 a fevereiro de 2027. O WACC (real, depois de impostos) aplicado às geradoras e usinas cotistas foi de 8,00% (7,91% em 2025).

DESEMPENHO ECONÔMICO

Resultado do exercício

A Companhia obteve um resultado regulatório de R\$ 24.516 mil em 2025, em comparação a R\$ 54.868 mil no exercício de 2024, representando uma diminuição de 55,32% decorrente, principalmente, da renovação de contrato a preços inferiores aos praticados anteriormente.

Receita operacional

O fornecimento de energia elétrica para os clientes totalizou 460.247 MWh durante o exercício de 2025 (473.294 MWh em 2024). O fornecimento bruto auferido foi de R\$ 101.590 mil em 2025, comparado a R\$ 162.174 mil no exercício de 2024.

Custos e despesas operacionais

Os custos e despesas operacionais foram de R\$41.661 mil em 2025, dos quais R\$19.781 mil (45,43%) referem-se aos custos não gerenciáveis e R\$21.880 mil (54,57%) referem-se aos custos gerenciáveis. Comparativamente ao mesmo período de 2024, os custos e despesas operacionais somaram R\$37.512 mil dos quais R\$13.550 mil (36,12%) referem-se aos custos não gerenciáveis e R\$23.962 mil (63,88%) referem-se aos custos gerenciáveis.

Imposto de renda e contribuição social

Em 2025, a Companhia apurou despesas no montante de R\$11.063 mil referentes ao imposto de renda e contribuição social, representando 32,83% do lucro societário antes da tributação. Comparativamente, no exercício de 2024, a Companhia apurou despesa no montante de R\$26.812 mil referente ao imposto de renda e contribuição social, representando 32,83% do lucro societário antes da tributação. Os valores de imposto de renda e contribuição social aumentaram devido, principalmente, ao ganho reconhecido decorrente da repactuação do risco hidrológico.

Lucro antes dos juros, tributos, depreciação e amortização - LAJIDA

O LAJIDA é utilizado pela Administração como medida de eficiência da atividade operacional e representa a capacidade potencial de geração de caixa da Companhia através de suas atividades operacionais.

Em 2025, o LAJIDA foi de R\$41.642 mil (R\$88.624 mil em 2024) e a margem do LAJIDA foi de 53,01% no mesmo período (76,72% em 2024), conforme demonstrado a seguir:

	2025	2024	Var. %
Resultado regulatório	24.516	54.868	(55,32)
Despesa de IR e CS	11.063	26.812	(58,74)
Resultado financeiro	(4.556)	(3.679)	23,84
Depreciação e amortização	10.619	10.623	(0,04)
LAJIDA	41.642	88.624	(53,01)

(1) Lajida é uma medição de natureza não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas Demonstrações Contábeis Regulatórias observando as disposições do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 01/2007 e da Resolução CVM nº 156, de 23 de junho de 2022, consistindo no lucro líquido, ajustado pelos efeitos do resultado financeiro líquido, da depreciação e amortização e do imposto de renda e contribuição social. O Lajida não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. A Companhia divulga Lajida porque o utiliza para medir o seu desempenho. O Lajida não deve ser considerado isoladamente ou como um substituto de lucro líquido ou lucro operacional, como um indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida.

SEGURANÇA DE BARRAGENS

A Companhia segue as mesmas diretrizes de segurança de barragens de sua controladora, Cemig GT, sendo esta responsável pelo investimento, manutenção e segurança das barragens do Grupo Cemig, por meio de contrato de operação e manutenção.

O processo realizado pela Cemig GT que visa garantir a segurança das barragens utiliza, em todas as suas etapas, uma metodologia respaldada nas melhores práticas nacionais e internacionais, atendendo também à lei federal 12.334/2010, alterada pela Lei 14.066/2020, que estabelece a Política Nacional de Segurança de Barragens (PNSB), e a sua regulamentação associada (Resolução Normativa nº 1.064/2023 da ANEEL).

Neste contexto, são contemplados os procedimentos de inspeção em campo, coleta e análise de dados de instrumentação, elaboração e atualização dos planos de segurança das barragens, planejamento e acompanhamento de serviços de

manutenção, análise dos resultados e classificação das estruturas civis. Tendo como base a classificação das estruturas, são estabelecidas a frequência das inspeções de segurança e a rotina de monitoramento.

A vulnerabilidade de cada barragem é calculada automaticamente de forma contínua e monitorada por sistema especializado em segurança de barragens. Entre as atividades são feitas também revisões periódicas de segurança de barragem, que envolvem, além dos profissionais da Cemig GT, usualmente, equipe multidisciplinar de especialistas externos.

Estão disponíveis, atualmente, planos de ação de emergências (“PAE”) específicos para cada barragem, contemplando os seguintes itens:

- Identificação e análise de possíveis situações de emergência;
- Procedimentos de identificação de mau funcionamento ou condições potenciais de ruptura;
- Procedimentos de notificação;
- Procedimentos preventivos e corretivos a serem adotados em situações de emergência;
- Responsabilidades; e
- Divulgação, treinamento e atualização.

Os Planos de Ação de Emergências são documentos que sofrem atualizações ao longo do tempo, incorporando novos dados e metodologias, a fim de buscar sua efetividade durante um evento crítico. Buscando dar celeridade à tomada de decisão, a preparação para a emergência é dividida em duas vertentes: ações internas do empreendedor e ações externas de notificação e alerta. Para o segundo objetivo, a Cemig protocolou um plano de comunicação junto às Defesas Cíveis e prefeituras de jusante de seus barramentos, oficializando os limites de cada nível de alerta e quais são os canais de comunicação a serem realizados. Junto aos planos de comunicação, também foram protocolados mapas de inundação para cheias naturais, além das manchas hipotéticas de ruptura.

Mantendo a sua política de estreitar o relacionamento com o público externo, em 2025, assim como ocorrido para as barragens da controladora, também para as controladas, e específico para a população afeta ao PAE das barragens, deu-se continuidade ao cronograma de atividades dentro do “Projeto VAMOS”, que concentra pauta, agenda e metodologia específica e dedicada para integração dos PAEs das barragens aos PLANCONs- Planos de Contingência dos municípios correlacionados.

Após a constituição dos 16 CIs- Comitês de Integração dos PAEs para 17 barragens da CEMIG holding em 2022 (Barragens das UHEs Itutinga e Camargos constituem um único CI), o ano de 2025 se caracterizou pela continuidade da execução dos seus respectivos cronogramas de atividades, conforme roteiro abaixo:



Dentro do cronograma 2025, foram executados:

- 04 Simulados de Evacuação com a população mapeada na ZAS para as barragens das UHEs: Emborcação, Irapé, Três Marias e Peti (em parceria com a VALE- Mina Brucutu), envolvendo 10 municípios envolvendo até 7.400 moradores das ZAS- Zona de Autossalvamento das barragens;
- 10 Relatórios de Treinamentos Simulados das PCHs: Cajuru, Tronqueiras, Poço Fundo, e das UHEs Salto Grande, Itutinga/Camargos e Peti.

Ainda em 2025, dentro do escopo do “Programa Proximidade”, através de suas reuniões também foram abordados os temas: Meteorologia, Operação dos Reservatórios, Segurança de Barragens e Informes do PAE junto ao público participante, divulgando também as tratativas da Cemig para os temas Recursos Hídricos e Segurança de Barragens, listando todas as metodologias aplicadas e responsabilidades da Cemig para esses temas.

As reuniões ocorreram para as UHEs Nova Ponte, Cajuru, Peti, Três Marias, Queimado, Emborcação, Rosal e Irapé. Os eventos contaram com a participação de público de 386 pessoas, dos mais diversos públicos e instituições, lideranças municipais e usuários de água, inclusive, de órgãos de resposta a emergências (Defesas Civas Municipais e Corpo de Bombeiros). Além dos temas relacionados à operação das usinas (Meteorologia, Operação do Reservatório, Segurança de Barragem e Ações Socioambientais), ocorreram também a divulgação e disponibilização do App. PROX (App. móvel de Gestão de Riscos) e apresentações relacionadas aos PAEs das barragens.

PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO RESULTADO

A Diretoria propôs à Assembleia Geral Ordinária – AGO, a ser realizada em 2026, que, ao resultado societário do exercício no montante de R\$22.564 mil, e do saldo de lucros acumulados no valor de R\$1.952 mil, referente à realização da reserva de ajustes de avaliação, seja dada a seguinte destinação:

- R\$11.762 mil distribuídos como dividendos intercalares pagos;
- R\$ 496 mil referente aos dividendos mínimos obrigatórios; e
- R\$12.258 mil como dividendos adicionais propostos.

Os dividendos devem ser pagos aos acionistas até 31 de dezembro de 2026, conforme disponibilidade de Caixa e a critério da Diretoria, fazendo jus ao recebimento os acionistas que tiverem seus nomes inscritos no Livro de Registro de Ações Nominativas na data da Assembleia Geral que deliberar sobre esse assunto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Administração da Companhia é grata à Cemig Geração e Transmissão, pela confiança e apoio constantemente manifestados durante o ano. Estendem também os agradecimentos às demais autoridades federais, estaduais, municipais e, em especial, à dedicação de sua qualificada equipe de empregados.

.



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Paraíba, 550 - 12º andar - Bairro Funcionários
30130-141 - Belo Horizonte/MG - Brasil
Caixa Postal 3310 - CEP 30130-970 - Belo Horizonte/MG - Brasil
Telefone +55 (31) 2128-5700
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis regulatórias

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da
Sá Carvalho S.A.
Belo Horizonte - MG

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da Sá Carvalho S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. As demonstrações contábeis foram elaboradas pela administração da Sá Carvalho S.A. com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Sá Carvalho S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e as normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações contábeis regulatórias de entidades de interesse público no Brasil. Nós também cumprimos com as demais responsabilidades éticas, de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Chamamos a atenção para a nota explicativa 2 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a Sá Carvalho S.A. a cumprir os requerimentos da ANEEL. Consequentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outras finalidades. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros assuntos

A Sá Carvalho S.A. preparou um conjunto de demonstrações contábeis separado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado, com data de 31 de julho de 2026.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis regulatórias e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis regulatórias não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis regulatórias, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis regulatórias ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis regulatórias

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o MCSE, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis regulatórias.

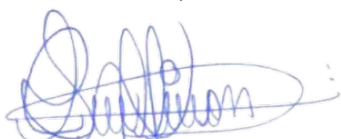
Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis regulatórias ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis regulatórias representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 31 de julho de 2026

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-MG



Samuel Alisson Epaminondas Cabral
Contador CRC GO-018421/O-0

BALANÇOS PATRIMONIAIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 e 2024
(Em milhares de Reais)

ATIVO

	Nota	2025	2024
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	3	3.343	10.358
Investimentos temporários	4	14.495	21.780
Consumidores, concessionárias e permissionárias	5	6.339	5.436
Tributos compensáveis		571	503
Outros ativos circulantes		54	96
TOTAL DO CIRCULANTE		24.802	38.173
NÃO CIRCULANTE			
Investimentos temporários	4	-	8.215
Tributos compensáveis		135	127
Depósitos judiciais	6	4.330	4.181
Imobilizado	7	48.643	51.144
Intangível	8	5.548	13.133
Direito de uso		104	136
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		58.760	76.936
ATIVO TOTAL		83.562	115.109

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis Regulatórias.

BALANÇOS PATRIMONIAIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 e 2024
(Em milhares de Reais)

PASSIVO

	Nota	2025	2024
CIRCULANTE			
Fornecedores	9	6.482	3.030
Obrigações sociais e trabalhistas		447	523
Impostos, taxas e contribuições	11	3.725	4.506
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	11	8.737	25.062
Encargos setoriais	12	3.437	2.866
Dividendos a pagar	14	496	-
Convênio de compartilhamento		355	285
Passivo de arrendamentos		42	39
Outros passivos circulantes		-	51
TOTAL DO CIRCULANTE		23.721	36.362
NÃO CIRCULANTE			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11	1.493	3.902
Encargos setoriais	12	476	3.362
Obrig. Vinculadas à concess. e permis. serviço público de energia elétrica	13	312	312
Provisões	10	1.017	1.553
Passivo de arrendamentos		84	113
Outros passivos não circulantes		1	15
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		3.383	9.257
TOTAL DO PASSIVO		27.104	45.619
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
	14		
Capital social		36.833	36.833
Reservas de lucros		19.625	32.657
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		56.458	69.490
PASSIVO TOTAL		83.562	115.109

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis Regulatórias.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Em milhares de Reais)

	Nota	2025	2024
RECEITA	15	101.590	162.174
Fornecimento de energia elétrica		97.704	161.443
Energia elétrica de curto prazo		3.886	731
TRIBUTOS	15	(25.223)	(42.363)
ICMS		(17.440)	(30.151)
PIS/Pasep		(1.388)	(2.178)
Cofins		(6.395)	(10.034)
ENCARGOS	15	(3.683)	(4.298)
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D		(640)	(1.017)
Reserva Global de Reversão – RGR		(790)	(801)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos – CFURH		(1.846)	(2.024)
Taxa de Fiscalização Serviço de Energia Elétrica – TFSEE		(407)	(456)
RECEITA LÍQUIDA		72.684	115.513
CUSTOS NÃO GERENCIÁVEIS	16	(19.781)	(13.550)
Energia elétrica comprada para revenda		(19.781)	(13.550)
RESULTADO ANTES DOS CUSTOS GERENCIÁVEIS		52.903	101.963
CUSTOS GERENCIÁVEIS	17	(21.880)	(23.962)
Pessoal e administradores		(2.223)	(2.441)
Materiais		(862)	(606)
Serviços de terceiros		(9.452)	(8.255)
Arrendamentos e aluguéis		(3)	(7)
Seguros		(85)	(83)
Doações, contribuições e subvenções		(5)	(1.025)
Impostos e taxas		(401)	(10)
Depreciação e amortização		(10.619)	(10.623)
Provisões		536	(819)
Gastos diversos		(725)	(93)
Outras receitas		1.959	-
RESULTADO DA ATIVIDADE		31.023	78.001
Resultado financeiro	18	4.556	3.679
Receitas financeiras		5.296	4.145
Despesas financeiras		(740)	(466)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		35.579	81.680
Imposto de renda e contribuição social corrente	11	(13.472)	(29.667)
Imposto de renda e contribuição social diferido	11	2.409	2.855
RESULTADO DO EXERCÍCIO		24.516	54.868

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis Regulatórias.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
 (Em milhares de Reais)

	2025	2024
RESULTADO DO EXERCÍCIO	24.516	54.868
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	24.516	54.868

As notas explicativas são parte integrante destas Demonstrações Contábeis Regulatórias.

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Em milhares de Reais)**

	Capital social	Reserva de lucros	Lucros acumulados	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	36.833	25.666	-	62.499
Aprovação de dividendos adicionais propostos	-	(18.299)		(18.299)
Resultado do exercício	-	-	54.868	54.868
Destinação do resultado proposta à AGO:				
Dividendos Intermediários 2024			(29.578)	(29.578)
Dividendos adicionais propostos		25.290	(25.290)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024	36.833	32.657	-	69.490
Aprovação de dividendos adicionais propostos		(25.290)		
Resultado do exercício	-	-	24.516	24.516
Dividendos Intermediários 2025	-	-	(11.762)	(11.762)
Destinação do resultado proposta à AGO:				-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	(496)	(496)
Dividendos adicionais propostos	-	12.258	(12.258)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025	36.833	19.625	-	81.748

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis Regulatórias.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Em milhares de Reais)

	2025	2024
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Resultado do exercício	24.516	54.868
Ajustes por:		
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferidos (Nota 11)	11.063	26.812
Depreciação e Amortização (Nota 17)	10.582	10.589
Amortização de direito de uso	37	34
Juros passivo de arrendamento (Nota 19)	11	12
Variação monetária depósito judicial (Nota 19)	(144)	(86)
Juros e variações monetárias (Nota 18)	(144)	(4.080)
Provisões para contingências (Nota 10)	(536)	819
	45.385	88.968
(Aumento) Redução de ativos		
Consumidores, concessionárias e permissionárias (Nota 5)	(903)	6.063
Tributos compensáveis	(2.753)	(841)
Depósitos judiciais (Nota 6)	(5)	(2.327)
Outros ativos	38	(29)
	(3.623)	2.866
(Redução) Aumento de passivos		
Fornecedores (Nota 9)	3.452	301
Obrigações sociais e trabalhistas	(76)	17
Impostos, taxas e contribuições (Nota 11)	(781)	(432)
Encargos setoriais (Nota 12)	(2.315)	75
Convênio de compartilhamento (Nota 19)	70	(2)
Outras obrigações	(69)	(74)
	281	(115)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	42.043	91.719
Imposto de renda e contribuição social pagos (Nota 11)	(27.120)	(13.824)
Juros recebidos (Nota 4)	5.096	3.686
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	20.019	81.581
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aplicações em investimentos temporários (Nota 4)	(88.564)	(137.570)
Resgate de Investimentos temporários (Nota 4)	99.112	111.981
Adição de imobilizado (Nota 7)	(498)	(305)
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	10.050	(25.894)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Dividendos pagos (Nota 14)	(37.052)	(47.877)
Arrendamentos pagos	(32)	(31)
CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(37.084)	(47.908)
VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		
	(7.015)	7.779
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício (Nota 3)	10.358	2.579
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício (Nota 3)	3.343	10.358

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis Regulatórias.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 e 2024 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Sá Carvalho S.A. (“Companhia” ou “Sá Carvalho”), sociedade anônima de capital fechado, é uma concessionária de geração de energia elétrica domiciliada no Brasil, com endereço na Av. Barbacena, 1.200, 12º andar, Santo Agostinho, Belo Horizonte (MG), CEP 30.190-131. A Companhia é subsidiária integral da Cemig Geração e Transmissão (“CEMIG GT”) e tem como controladora final a Companhia Energética de Minas Gerais (“Cemig”).

A Companhia recebeu autorização para exploração do potencial hidráulico da Usina Sá Carvalho (“UHE Sá Carvalho”) por meio da Resolução ANEEL nº 466, de 29 de novembro de 2000 e tem por objetivo a produção e comercialização da energia produzida na referida usina, localizada no Rio Piracicaba, no município de Antônio Dias (MG). A Sá Carvalho possui concessão pública federal para a exploração do potencial hidráulico da UHE Sá Carvalho, conforme Contrato de Concessão nº 001/2004.

A Cemig Geração e Transmissão SA, via contratos de compartilhamento de infraestrutura e de engenharia regulados pela Aneel, executa as atividades administrativas e de operação e manutenção da UHE Sá Carvalho.

A Sá Carvalho, visando garantir o direito de solicitar a renovação da concessão de sua usina, protocolou, em fevereiro de 2023, manifestações de interesse na prorrogação da concessão da UHE Sá Carvalho, mediante transferência de controle acionário da sua Controladora Cemig GT conforme Decreto 9.271/2018. Em julho de 2023, a manifestação foi feita pelo regime de Cotas de Garantia Física, conforme Lei 12.783/2013.

Com a publicação da Lei 15.269/2025, que altera a Lei 12.783/2013, a Sá Carvalho protocolou manifestação de interesse em prorrogar a concessão da UHE Sá Carvalho nos termos da nova redação da Lei 12.783, que permite ao Poder Concedente a prorrogação de concessões de geração de energia elétrica por até 30 anos, com pagamento de bônus de outorga.

A Companhia reitera que tais manifestações de interesse tem como único objetivo assegurar seu direito na eventual prorrogação do Contrato de Concessão nº 01/2004, a critério do poder concedente, nos termos da legislação vigente.

Qualquer decisão sobre o tema somente ocorrerá após a divulgação pelo MME e pela Aneel de todas as regras e condições para a prorrogação das concessões, que deverá ser submetida à deliberação da Governança da Cemig GT, como sua controladora. Essas manifestações de interesse não suspenderão a análise de alternativas legais, em andamento, para a prorrogação das concessões que estão por vencer.

Continuidade operacional

A Companhia considerou em sua análise de continuidade operacional a possibilidade de prorrogação do prazo da concessão previsto na cláusula segunda do contrato de concessão, as manifestações de interesse na prorrogação conforme regulamentação aplicável e o princípio da continuidade operacional do serviço público em caso de inércia do poder público.

Na ausência de decisão do poder concedente, a continuidade da operação decorre do princípio da continuidade do serviço público e da impossibilidade de interrupção do serviço essencial, aplicados de forma sistemática à Lei nº 8.987/1995 e aos contratos de concessão. Caso o MME decida pela não renovação da concessão, ainda é esperada a continuidade da operação pelo mesmo princípio, até a conclusão do processo que irá definir eventual nova concessionária de serviço público da UHE Sá Carvalho.

Adicionalmente, na hipótese de decisão contrária à prorrogação da concessão, a Companhia avalia que poderá contar com o suporte financeiro de sua controladora, por meio de aportes de capital ou instrumentos de financiamento, conforme necessário.

Ademais, nos termos do Contrato de Concessão, no advento do termo final, os bens e instalações vinculados à concessão serão revertidos à União, sendo assegurado o direito à indenização dos investimentos realizados e ainda não amortizados.

Sob a ótica contábil do CPC 26 e com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data, a Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e entende que suas operações têm capacidade de geração de recursos para dar continuidade a seus negócios no curto prazo. Adicionalmente, não foram identificados indicativos de perda no valor recuperável dos ativos operacionais.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis regulatórias foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidos pelo Órgão Regulador e conforme as políticas contábeis estabelecidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel por meio da Resolução Normativa nº 605, de 11 de março de 2014, incluindo as alterações trazidas pelas Resoluções Normativas nºs 814/2018 e 933/2021.

Essas demonstrações foram preparadas em consonância com as orientações emitidas pelo Órgão Regulador para Demonstrações Contábeis.

As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios são separadas das Demonstrações Financeiras societárias da outorgada. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis para fins Regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Quando as Instruções Contábeis

Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As informações financeiras regulatórias distintas das informações preparadas totalmente em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil podem não representar necessariamente uma visão verdadeira e adequada do desempenho financeiro ou posição financeira e patrimonial de uma empresa e apresentar diferença de valores pela aplicação diferenciada de algumas normas contábeis societárias e regulatórias. Estas diferenças estão explicadas em notas explicativas, para melhor entendimento do leitor, conforme apresentado nas Demonstrações Contábeis Regulatórias preparadas de acordo com estas práticas.

Em 31 de julho de 2026, a Diretoria Executiva da Companhia autorizou a conclusão das Demonstrações Contábeis Regulatórias referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

2.2. Bases de mensuração

As Demonstrações Contábeis Regulatórias foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado, conforme detalhado na nota explicativa nº 20.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas Demonstrações Contábeis Regulatórias são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das Demonstrações Contábeis Regulatórias exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua, utilizando como referência a experiência histórica e também alterações relevantes de cenário que possam afetar a situação patrimonial e o resultado da Companhia nos itens aplicáveis. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As principais estimativas relacionadas às Demonstrações Contábeis Regulatórias referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- Nota 7 – Imobilizado (previsão de vida útil dos ativos);
- Nota 8 – Intangível
- Nota 10 – Provisões (estimativa confiável do valor das obrigações);

- Nota 11 – Tributos (Imposto de Renda e Contribuição Social - reconhecimento do diferido, previsão de lucros tributáveis futuros e incertezas sobre os tributos sobre o lucro);
- Nota 15 – Receita líquida (reconhecimento do fornecimento não faturado);
- Nota 20 - Instrumentos Financeiros e Gestão de Riscos (mensuração dos valores justos).

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa.

2.5. Políticas contábeis regulatórias materiais

As políticas contábeis regulatórias materiais utilizadas são as mesmas apresentadas nas demonstrações financeiras societárias, exceto quanto ao que estabelecem as normas a seguir:

Intangível

Os ativos intangíveis compreendem, principalmente, os ativos referentes à servidão. São mensurados pelo custo incorrido na data da sua aquisição ou formação, menos as despesas de amortização, que quando aplicável é calculada pelo método linear.

Imobilizado

Os bens do ativo imobilizado são avaliados pelo custo incorrido na data de sua aquisição ou formação, incluindo encargos financeiros capitalizados e deduzidos da depreciação acumulada. A depreciação é calculada sobre o saldo das imobilizações em serviço, pelo método linear, mediante aplicação das taxas determinadas na Resolução 674/15, Manual de Controle Patrimonial vigente emitido pelo Órgão Regulador, que refletem a vida útil estimada dos bens, para os ativos relacionados às atividades de geração de energia elétrica, ajustadas em determinadas situações ao prazo dos contratos de concessão aos quais se referem.

Os ativos não depreciados até o final da concessão serão revertidos para o Poder Concedente com a indenização dessa parcela não depreciada, nos contratos de concessão com esta previsão. Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo imobilizado são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos nas demonstrações do resultado no momento do encerramento das ordens de desativação e de alienação.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Os caixas e equivalentes de caixa são compostos por saldos em contas correntes bancárias e aplicações de curto prazo com alta liquidez, sujeitos a risco insignificante de mudança de valor, mantidos para atender a gestão de caixa de curto prazo da Companhia, conforme segue:

Indexador	Taxa média a.a. %		2025	2024
	2025	2024		
Contas bancárias			143	641
Aplicações financeiras				
Certificados de Depósitos Bancários – CDBs	CDI	70%	-	1.850
Overnight	Pré-fixada	14,60% a 14,90 %	11,91% a 12,15 %	9.717
TOTAL			3.343	10.358

(1) Para esses CDBs, a Companhia possui operações compromissadas afirmando, em suas respectivas notas de negociação, o compromisso de recompra do título pelo banco, à vista, na data de vencimento da operação, ou antecipadamente.

(2) Consistem em aplicações de curto prazo, com disponibilidade para resgate no dia subsequente à data da aplicação. Normalmente são lastreadas por letras, notas ou obrigações do Tesouro e referenciadas em uma taxa pré-fixada e têm o objetivo de liquidar obrigações de curto prazo da Companhia ou serem utilizadas na compra de outros ativos de melhor remuneração para recompor o portfólio.

4. INVESTIMENTOS TEMPORÁRIOS

	Indexador	Taxas médias a.a %		2025	2024
		2025	2024		
Circulante					
Letras Financeiras Bancos - LFs	CDI	103,5% a 110,02%	104,2% a 112,0%	12.649	17.055
Letras Financeiras do Tesouro - LFTs	Variação Selic	15,11 a 15,12%	12,41% a 12,45%	1.666	4.420
Debêntures	CDI	TR + 1% a 109,88% CDI	TR + 1% a 122,90%	180	305
				14.495	21.780
Não circulante					
Letras Financeiras Bancos - LFs	CDI	-	104,2% a 112,0%	-	8.215
				-	8.215
TOTAL				14.495	29.995

As aplicações e títulos de partes relacionadas estão demonstrados na nota explicativa nº 19 destas Demonstrações Financeiras.

A Companhia classifica de forma consistente os juros recebidos desses investimentos temporários como parte do fluxo de caixa da atividade operacional, pois entende que essa é a apresentação mais adequada de acordo com suas atividades.

5. CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS

Descrição	Valores correntes			2025	2024
	Corrente a vencer		PDD		
	Até 60 dias	Mais de 60 dias			
Fornecimento de energia	6.339	-	-	6.339	5.436
Fornecimento não faturado	5.602			5.602	5.667
(-) Arrecad. Processo classif.	(143)	-	-	(143)	(231)
Suprimento Energia - Moeda Nacional	880	-	-	880	-
TOTAL	6.339	-	-	6.339	5.436

Não há valores relevantes vencidos e não há perspectiva de perda. Dessa forma, não foi necessária a constituição de provisão para perda de créditos esperadas.

A exposição da Companhia ao risco de crédito relacionado a consumidores e revendedores está divulgada na nota explicativa nº 20.

6. DEPÓSITOS JUDICIAIS

	2025	2024
Trabalhistas	2.054	1.910
Tributário - Depósito Vinculado a Litígios	2.244	2.239
Outros	32	32
TOTAL	4.330	4.181

7. IMOBILIZADO

	Taxa média anual depreciação (%)	2025			2024		
		Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido
Em serviço		105.558	(58.834)	46.724	104.771	(55.839)	48.932
Terrenos		43	-	43	46	-	46
Reservatórios, barragens e adutoras	3,52	42.368	(25.327)	17.041	42.144	(24.309)	17.835
Edificações, obras civis, benfeitorias	3,80	13.002	(4.451)	8.551	13.002	(4.028)	8.974
Máquinas e equipamentos	4,28	50.120	(29.035)	21.085	49.554	(27.482)	22.072
Móveis e utensílios	6,25	25	(21)	4	25	(20)	5
Em curso		1.928	-	1.928	2.212	-	2.212
Total		107.486	(58.834)	48.652	106.983	(55.839)	51.144

A movimentação do imobilizado é como segue:

	Valor bruto em 31/12/2024	Adições (A)	Baixas e alienações (B)	Transferências (C)	Adições líquidas = (A) – (B) + (C)	Valor bruto em 31/12/2025	Depreciação acumulada	Valor líquido em 31/12/2025
Em serviço								
Terrenos	46	-	(3)	-	(3)	43	-	43
Reservatórios, barragens e adutoras	42.144	-	-	224	224	42.368	(25.327)	17.041
Edificações, obras civis, benfeitorias	13.002	-	-	-	-	13.002	(4.451)	8.551
Máquinas e equipamentos	49.554	-	-	566	566	50.120	(29.035)	21.085
Móveis e utensílios	25	-	-	-	-	25	(21)	4
	104.771	-	(3)	790	787	105.558	(58.834)	46.724
Em curso								
	2.212	506	-	(790)	(284)	1.928	-	1.928
Total do Imobilizado	106.983	506	(3)	-	503	107.486	(58.834)	48.652

Ativo Imobilizado em curso – R\$ Mil	Valor bruto em 31/12/2024	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Valor bruto em 31/12/2025	Depreciação acumulada	Valor líquido em 31/12/2025	Valor líquido em 31/12/2024
Geração								
Máquinas e equipamentos	822	-	-	-	822	-	822	822
Outros	1.250	-	-	-	1.250	-	1.250	1.250
Administração								
Outros	140	-	-	-	140	-	140	140
Subtotal	2.212	-	-	-	2.212	-	2.212	2.212
Total do Ativo Imobilizado	106.983	-	-	-	106.983	(55.839)	51.144	51.144

A composição das adições do exercício, por tipo de gastos capitalizado, é como segue:

Adições do Ativo Imobilizado em curso	Material/ Equipamentos	Serviços de terceiros	Total
Máquinas e equipamentos	185	120	305
Total das adições	185	120	305

A Companhia avaliou o ativo imobilizado em 31 de dezembro de 2025 e 2024 e não identificou indícios de perda de valor recuperável.

Ao final da concessão, os ativos serão revertidos ao Poder Concedente. Os valores correspondentes aos investimentos realizados pela Companhia, não relacionados ao projeto básico e ainda não depreciados até o término da concessão, serão objeto de indenização, cuja metodologia de mensuração dos ativos e a forma de indenização será definida pela Aneel quando do término da concessão. Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo imobilizado são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos nas demonstrações do resultado no momento do encerramento das ordens de desativação e de alienação.

Os ativos imobilizados são depreciados pelo método linear e as taxas utilizadas são as definidas pela Aneel, na Resolução Normativa nº 674/15. A taxa média de depreciação anual no exercício de 2024 foi de 2,84% (2,84% no exercício de 2024).

De acordo com o Decreto nº 41.019/57, os bens e instalações utilizados na produção de energia elétrica são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução Normativa Aneel nº 691/2015 regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando, ainda, que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada, a ser aplicada na concessão.

8. INTANGÍVEL

Ativo intangível	Taxas anuais médias de amortização	2025			2024		
		Custo	Amortização acumulada	Valor	Custo	Amortização acumulada	Valor
Em serviço		40.006	(34.458)	5.548	40.006	(26.873)	13.133
Ativos da concessão - GSF	19,09%	39.690	(34.142)	5.548	39.690	(26.557)	13.133
Softwares	-	316	(316)	-	316	(316)	-
Total		40.006	(34.458)	5.548	40.006	(26.873)	13.133

A amortização do ativo intangível é linear, pelo novo prazo remanescente da concessão, ou seja, o prazo da extensão do direito de outorga da concessão foi adicionado ao prazo originalmente acordado, para cálculo do novo período de amortização.

A movimentação do intangível é como segue:

	Valor bruto em 31/12/2024	Adições (A)	Valor bruto em 31/12/2025	Depreciação acumulada	Valor líquido em 31/12/2025
Em serviço	40.006	-	40.006	(34.458)	5.548
Ativos da concessão - GSF	39.690	-	39.690	(34.142)	5.548
Softwares	316	-	316	(316)	-
Total	40.006	-	40.006	(34.458)	5.548

	Valor bruto em 31/12/2023	Adições (A)	Valor bruto em 31/12/2024	Depreciação acumulada	Valor líquido em 31/12/2024
Em serviço	40.006	-	40.006	(26.873)	13.133
Ativos da concessão - GSF	39.690	-	39.690	(26.557)	13.133
Softwares	316	-	316	(316)	-
Total	40.006	-	40.006	(26.873)	13.133

O valor justo do direito de extensão da outorga foi estimado, conforme tabela abaixo, utilizando a abordagem da receita, por meio da qual se converte valores futuros em um valor único atual, descontado pela taxa de rentabilidade aprovada pela Administração para a atividade de geração de energia, refletindo as expectativas de mercado atuais, baseando-se em premissas internas da Companhia, em relação aos valores futuros.

Agente/Usina	Ativo intangível – Direito de extensão da outorga	Fim da concessão	Extensão em dias	Novo fim da concessão
Sá Carvalho	39.690	01/12/2024	634	27/08/2026

Repactuação do Risco Hidrológico (Generation Scaling Factor – GSF)

Em 09 de setembro 2020 foi publicada a Lei nº 14.052, que alterou a Lei nº 13.203/2015, estabelecendo o direito de ressarcimento pelos custos incorridos com o GSF, assumidos pelos titulares das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) entre os anos de 2012 e 2017.

A alteração legal teve como objetivo a compensação aos titulares das usinas hidrelétricas participantes do MRE por riscos não hidrológicos causados por: (i) empreendimentos de geração denominados estruturantes, relacionados à antecipação da garantia física, (ii) às restrições na entrada em operação das instalações de transmissão necessárias ao escoamento da geração dos estruturantes e (iii) por geração fora da ordem de mérito e importação.

A referida compensação se deu mediante a extensão da outorga, limitada a 7 anos, calculada com base nos valores dos parâmetros aplicados pela Aneel. Assim, foi reconhecido pela Companhia, um ativo intangível que representa esse direito de extensão da concessão.

A vida útil dos ativos que compõem o ativo intangível foi ajustada para o novo prazo remanescente da concessão, ou seja, o prazo da extensão do direito de outorga da concessão foi adicionado ao prazo originalmente acordado. Assim, a amortização é realizada pelo método linear até o final do novo prazo de concessão.

9. FORNECEDORES

	2025	2024
Circulante		
Suprimento de energia elétrica - CCEE	2.490	919
Materiais e serviços	3.992	2.111
	6.482	3.030

A Companhia reconhece obrigações provenientes de contratos com a Cemig Geração e Transmissão S.A. ("Cemig GT"), conforme apresentado na nota explicativa nº 20 das Demonstrações Contábeis Regulatórias.

10. PROVISÕES

	2024	Adições	Reversões	Liquidações	2025
Provisões					
Trabalhistas	1.525	-	(540)	-	985
Outras	28	4	0	-	32
	1.553	4	(540)	-	1.017

	2023	Adições	Reversões	Liquidações	2024
Provisões					
Trabalhistas	710	815	-	-	1.525
Outras	24	4	-	-	28
	734	819	-	-	1.553

As provisões e passivos contingentes são:

- R\$737 (R\$693 em 31 de dezembro de 2024), cuja probabilidade de perda foi avaliada como possível, referente a auto de infração lavrado pela Receita Federal do Brasil em razão da não adição ou dedutibilidade indevida de valores da base de cálculo da CSLL nos exercícios de 2008 e 2009, com destaque para as parcelas relativas a: i) tributos com exigibilidade suspensa; ii) doações e patrocínios (Lei nº 8.313/91); e iii) multas por infrações de naturezas diversas;
- R\$985 (R\$1.525 em 31 de dezembro de 2024) cuja chance de perda foi avaliada como provável, referente às ações de natureza trabalhista, onde se discute o pagamento de diferenças do adicional de periculosidade e seus reflexos;
- R\$32 (R\$28 em 31 de dezembro de 2024) cuja chance de perda foi avaliada como provável e R\$237 (R\$214 em 31 de dezembro de 2024) cuja chance de perda foi avaliada como possível, referente a ações ambientais em decorrência de supostas irregularidades em função de sua operação.
- R\$55 (R\$49 em 31 de dezembro de 2024), cuja chance de perda foi avaliada como possível, referente a processo administrativo por inconformidade na homologação do PER/DCOM.
- R\$328 (R\$563 em 31 de dezembro de 2024), cuja chance de perda foi avaliada como possível, referente a processos de responsabilidade civil, onde são requeridas indenizações por danos morais e materiais, entre outros, decorrentes de incidentes ocorridos durante o curso normal dos negócios.

A Administração acredita que eventuais desembolsos, após o desfecho dos respectivos processos, não afetarão, de forma relevante, o resultado das operações e a posição financeira da Companhia.

11. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

a) Impostos, taxas e contribuições

	2025	2024
PIS/Pasep	244	206
Cofins	1.317	1.146
ICMS	1.390	2.503
ISSQN	167	181
INSS	579	415
Outros	28	55
Total	3.725	4.506

b) Imposto de renda e contribuição social

	2025	2024
Circulante		
Imposto de renda	6.283	18.376
Contribuição social	2.454	6.686
Total	8.737	25.062

c) Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia possui créditos tributários de imposto de renda, constituídos à alíquota de 25%, e contribuição social, constituídos à alíquota de 9%, referentes aos efeitos de diferenças temporárias relacionadas ao seguintes itens:

	2025	2024
Ativos fiscais diferidos		
Outros	393	563
	393	563
Passivos fiscais diferidos		
Ressarcimento de custos do GSF (1)	(1.886)	(4.465)
	(1.886)	(4.465)
Total do ativo (passivo) líquido	(1.493)	(3.902)

(1) Efeito tributário do ganho reconhecido em virtude do ressarcimento de custos do GSF, considerando a diferença temporária entre o reconhecimento e a realização.

A movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos é como segue:

	2025	2024
Saldo inicial	(3.902)	(6.757)
Efeitos alocados às Demonstrações de Resultados	2.409	2.855
Saldo final	(1.493)	(3.902)

d) Conciliação da despesa com imposto de renda e contribuição social:

A conciliação da despesa nominal de imposto de renda e da contribuição social com a despesa efetiva apresentada na demonstração de resultado é como segue:

	2025	2024
Lucro antes dos impostos	35.579	81.680
Imposto de renda e contribuição social – Despesa nominal	(11.078)	(27.172)
Contribuições e doações indedutíveis	(549)	(1.014)
Incentivos fiscais	564	1.374
Imposto de renda e contribuição social - Despesa efetiva	(11.063)	(26.812)
Alíquota efetiva	31,09%	32,83%
Corrente	(13.472)	(29.667)
Diferido	2.409	2.855

12. ENCARGOS SETORIAIS

	2025	2024
Circulante		
Reserva Global de Reversão - RGR	2.295	2.254
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	29	38
Empresa de Pesquisa e Expansão do Sistema Energético – EPE/MME	27	32
Compensação Financeira Utilização de Recursos Hídricos - CFURH	299	430
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	719	28
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	53	65
CDE sobre P&D	15	19
	3.437	2.866
Não circulante		
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	476	3.362
	476	3.362
TOTAL	3.913	6.228

a) Pesquisa, desenvolvimento e inovação

As concessionárias e permissionárias de geração e transmissão de energia elétrica devem destinar, anualmente, 1% da receita operacional líquida regulatória para projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação do setor elétrico. A movimentação dos saldos é conforme segue:

Consolidado	31/12/2024	Adições	Recolhimentos	Investimentos	Atualização financeira	31/12/2025
FNDCT	65	290	(302)	-	-	53
MME	32	146	(151)	-	-	27
P&D	3.390	204	-	(2.637)	238	1.195
	3.487	640	(453)	(2.637)	238	1.275

	31/12/2023	Adições	Recolhimentos	Investimentos	Atualização financeira	31/12/2024
FNDCT	85	462	(482)	-	-	65
MME	42	231	(241)	-	-	32
P&D	3.334	323	-	(637)	370	3.390
	3.461	1.016	(723)	(637)	370	3.487

13. OBRIGAÇÕES VINCULADAS À CONCESSÃO DO SERVIÇO PÚBLICO DE ENERGIA ELÉTRICA

Ativo Imobilizado - R\$ Mil	2025			2024		
	Custo histórico	Reavaliação	Total	Custo histórico	Reavaliação	Total
Em curso						
Pesquisa e desenvolvimento	312	-	312	312	-	312
	312	-	312	312	-	312

Movimento das obrigações especiais	Saldo inicial em 31/12/2024	Adição	Total 31/12/2025
Em curso			
Pesquisa e desenvolvimento	312	-	312
	312	-	312

Movimento das obrigações especiais	Saldo inicial em 31/12/2023	Adição	Total 31/12/2024
Em curso			
Pesquisa e desenvolvimento	312	-	312
	312	-	312

14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2025 e 2024 era de R\$ 36.833 subscrito e integralizado, constituído por 361.200.000 (trezentos e sessenta e um milhões, duzentos mil) ações, sendo 120.401.400 (cento e vinte milhões, quatrocentos e um mil e quatrocentas) ações ordinárias e 240.798.600 (duzentos e quarenta milhões, setecentos e noventa e oito mil e seiscentas) ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal, de propriedade integral da Cemig Geração e Transmissão – Cemig GT.

O controle acionário da Companhia não poderá ser transferido, cedido ou de qualquer forma, alienado, direta ou indiretamente, gratuita ou onerosamente, sem a prévia concordância da Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel.

Cada ação ordinária dá direito a um voto nas assembleias gerais. As ações preferenciais não conferem direito a voto a seu titular, sendo a elas assegurada a prioridade no reembolso do valor das ações subscritas e integralizadas, no caso de dissolução da Companhia ou distribuição de dividendos.

b) Reservas de lucros

A composição da conta de reservas de lucros é demonstrada como segue:

	2025	2024
Reservas de lucros		
Reserva legal	7.367	7.367
Reserva de lucros (Dividendos adicionais propostos)	12.258	25.290
	19.625	32.657

Reserva legal

A constituição da reserva legal é obrigatória, até os limites estabelecidos por lei, e tem por finalidade assegurar a integridade do capital social, condicionada a sua utilização à compensação de prejuízos ou ao aumento do capital. A Companhia não constituiu reserva legal em 2025, uma vez que está limitada a 20% do capital social.

Reserva de proposta de distribuição de dividendos adicionais

A Companhia registrou na reserva de lucros o montante de R\$12.258 referentes a dividendos propostos pela Administração que excedem a 50% do lucro líquido societário do exercício, dividendo mínimo previsto no estatuto social a serem transferidos para o passivo, como dividendos a pagar, após a aprovação na Assembleia Geral Ordinária - AGO.

c) Dividendos

O estatuto social da Companhia determina o pagamento de dividendos mínimos obrigatórios de 50% do lucro líquido societário do exercício, ajustado na forma legal a título de estatutários, após a compensação dos prejuízos acumulados.

O cálculo dos dividendos propostos para distribuição aos acionistas referente ao resultado está demonstrado abaixo:

	2025	2024
Dividendos obrigatórios		
Resultado do exercício	22.564	52.906
Realização do custo atribuído	1.952	1.962
	24.516	54.868
Dividendos intercalares	11.762	29.578
Dividendos obrigatórios	496	
Dividendos adicionais propostos	12.258	5.871
Total dos dividendos	24.516	54.868

Destinação do resultado de 2025 – Proposta da Administração

A Diretoria propôs à Assembleia Geral Ordinária – AGO, a ser realizada em 2026, que, ao resultado societário do exercício de 2025 no montante de R\$ 22.564, e do saldo de lucros acumulados no valor de R\$1.952, referentes à realização da reserva de ajustes de avaliação, seja dada a seguinte destinação:

- R\$11.762 distribuídos como dividendos intercalares pagos;
- R\$ 496 referente aos dividendos mínimos obrigatórios; e
- \$12.258 como dividendos adicionais propostos.

Os dividendos devem ser pagos aos acionistas até 31 de dezembro de 2026, conforme disponibilidade de Caixa e a critério da Diretoria, fazendo jus ao recebimento os acionistas que tiverem seus nomes inscritos no Livro de Registro de Ações Nominativas na data da Assembleia Geral que deliberar sobre esse assunto.

d) Movimentação dos dividendos

Saldo em 31 de dezembro de 2024	-
Aprovação de dividendos adicionais propostos do exercício de 2024	25.290
Dividendos mínimos obrigatórios	496
Dividendos Intermediários 2025	11.762
(=) Saldo de dividendos aprovados	
Pagamentos de dividendos	(37.052)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	496

15. RECEITA

	2025	2024
Fornecimento bruto de energia elétrica (a)	101.590	162.174
Deduções à receita operacional (b)	(28.906)	(46.661)
Receita operacional líquida ⁽¹⁾	72.684	115.513

(1) A redução na receita se justifica pela realização um novo contrato de venda energia com um valor mais baixo. Esse novo valor é o valor de mercado de preço de energia.

a) Fornecimento bruto de energia elétrica

	Nº de consumidores (Não auditado)		MWh (Não auditado)		R\$ Mil	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Fornecimento de energia	1	1	465.272	473.294	97.704	161.443
Transações com Energia na CCEE	1	-	78	-	3.886	731
Total	2	1	465.350	473.294	101.590	162.174

O contrato de compra e venda de energia assinado com cliente prevê faturamento a preços mensais fixos, atualizados monetariamente em bases anuais pela variação do Índice Geral de Preços do Mercado – IGP-M, calculado pela Fundação Getúlio Vargas.

b) Deduções à receita operacional

	2025	2024
Tributos sobre a receita		
Cofins	6.395	10.034
PIS/Pasep	1.388	2.178
ICMS	17.440	30.151
	25.223	42.363
Encargos do consumidor		
Reserva Global de Reversão – RGR	790	801
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	640	1.017
Taxa de Fiscalização Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	407	456
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH	1.846	2.024
	3.683	4.298
TOTAL	28.906	46.661

16. CUSTOS NÃO GERENCIÁVEIS

	2025	2024
Energia de curto prazo - CCEE	13.173	14.334
Energia adquirida no ambiente livre	8.624	597
Créditos de PIS/Pasep e Cofins	(2.016)	(1.381)
	19.781	13.550

17. CUSTOS GERENCIÁVEIS

	2025	2024
Pessoal a administradores (a)	2.223	2.441
Materiais	862	606
Serviços de terceiros (b)	9.452	8.255
Depreciação e amortização	10.619	10.623
Impostos e taxas	401	10
Doações, contribuições e subvenções	5	1.025
Provisões	(536)	819
Outras	813	183
Outras receitas	(1.959)	-
TOTAL	21.880	23.962

a) Pessoal e administradores

	2025	2024
Pessoal		
Outros		
Remuneração	859	899
Encargos	331	304
Previdência privada	78	67
Outros benefícios	370	341
	1.638	1.611
Convênio de compartilhamento	539	759
Administradores	46	71
	2.223	2.441

b) Serviços de terceiros

	2025	2024
Manutenção e conservação de instalações e equipamentos elétricos ⁽¹⁾	4.426	3.463
Convênio de compartilhamento - O&M	2.821	2.580
Comunicação	50	271
Meio ambiente	721	651
Conservação e limpeza de prédios e vila de operadores	-	383
Vigilância	-	226
Auditoria externa	-	36
Tecnologia da informação	203	159
Outros	1.231	486
	9.452	8.255

(1)O principal aumento nos serviços de terceiros se refere a manutenção de conservação de instalações e equipamentos, com a celebração de contratos para manutenção de linhas de transmissão, manutenção elétrica durante a parada geral da usina, serviço de locação de retroescavadeira, manutenção nas imediações das barragens, entre outros.

18. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	2025	2024
Receitas financeiras		
Renda de aplicação financeira	5.272	4.207
Variação monetária depósito judicial	144	86
Pasep e Cofins sobre receitas financeiras	(258)	(202)
Rendas por antecipação de pagamento	2	7
Outras receitas financeiras	136	47
	5.296	4.145
Despesas financeiras		
Variação monetária	(239)	(369)
Juros passivo de arrendamentos	(10)	(12)
Outras despesas financeiras	(491)	(85)
	(740)	(466)
Resultado financeiro	4.556	3.679

19. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos e transações, bem como as principais condições relacionadas aos negócios com partes relacionadas da Companhia estão demonstradas a seguir:

Operações com energia elétrica

Empresas relacionadas	Ativo		Passivo		Receita		Despesa	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Cemig Distribuição	-	-	-	-	-	-	(80)	(105)

As operações de venda e compra de energia elétrica entre geradores e distribuidores são realizadas por meio de leilões no ambiente de contratação regulado organizados pelo Governo Federal. No ambiente de contratação livre, por sua vez, são realizadas por meio de leilões ou mediante contratação direta, conforme legislação aplicável. Já as operações de transporte de energia elétrica são realizadas pelas transmissoras e decorrem da operação centralizada do Sistema Interligado Nacional pelo Operador Nacional do Sistema (ONS).

Convênio de compartilhamento

Empresas relacionadas	Ativo		Passivo		Receita		Despesa	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Infraestrutura e recursos humanos								
Cemig Geração e Transmissão	-	-	355	285	-	-	(875)	(510)
Companhia Energética de Minas Gerais	-	-	-	-	-	-	-	(363)
Operação e manutenção								
Cemig Geração e Transmissão	-	-	2.473	619	-	-	(2.722)	(2.580)

A Companhia possui dois contratos de compartilhamento de gastos com empresas do Grupo, trata-se do convênio de compartilhamento recursos humanos e infraestrutura e do convênio de operação e manutenção da geração de energia elétrica.

O convênio de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre Cemig, Cemig D, Cemig Geração e Transmissão e demais controladas do Grupo foi anuído pelo Despacho Aneel 1.475/2022 e inclui, principalmente, reembolso de despesas referentes ao compartilhamento de infraestrutura, pessoal, transporte, telecomunicação e informática.

Já o convênio de compartilhamento recursos humanos e infraestrutura entre Cemig Geração e Transmissão e suas subsidiárias integrais de geração foi anuído pelo Despacho Aneel 1.319/2020 e inclui, apenas, o reembolso de despesas relacionadas aos processos de engenharia, operação e manutenção da geração de energia elétrica.

FIC Pampulha

Empresas relacionadas	Ativo		Passivo		Receita		Despesa	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Circulante								
Caixa e equivalentes	1.350	9.717	-	-	171	521	-	-
Títulos e valores mobiliários	14.495	21.780	-	-	-	-	-	-
Não circulante								
Títulos e valores mobiliários	-	8.215	-	-	-	-	-	-

A Companhia aplica parte de seus recursos financeiros em um fundo de investimento reservado, que tem característica de renda fixa e segue a política de aplicações da Cemig. Os montantes aplicados pelo fundo estão apresentados na rubrica “Títulos e Valores Mobiliários” e “Caixa e equivalentes de caixa”, no ativo circulante e não circulante.

Os recursos destinados ao fundo de investimento foram alocados em emissões públicas e privadas de títulos de renda fixa, sujeitos, apenas, a risco de crédito, com prazos de liquidez diversificados, aderentes às necessidades dos fluxos de caixa dos cotistas.

Remuneração do pessoal-chave da administração

Os custos totais com o pessoal-chave da administração, composto pela Diretoria Executiva e Conselho Fiscal, encontram-se dentro dos limites aprovados em Assembleia Geral e seus efeitos no resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 são demonstrados na tabela abaixo:

	2025	2024
Remuneração	44	67
Participação nos resultados	18	19
Previdência privada	2	4
Total	64	90

A Companhia não remunera diretamente os membros do pessoal-chave da administração, sendo remunerados pelo acionista controlador. O reembolso dessas despesas é realizado por meio do convênio de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre Cemig, Cemig Distribuição, Cemig Geração e Transmissão e demais controladas do Grupo, anuído pelo Despacho Aneel 1.475/2022.

20. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

a) Classificação dos instrumentos financeiros e valor justo

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia, são como segue:

	Nível	2025		2024	
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos					
Custo amortizado					
Consumidores, concessionárias e permissionárias		6.339	6.339	5.436	5.436
Títulos e valores mobiliários		5.627	5.627	305	305
		11.966	11.966	5.741	5.741
Valor justo por meio do resultado					
Equivalentes de caixa - Aplicações financeiras	2	3.200	3.200	9.717	9.717
Títulos e valores mobiliários					
Certificados de Depósitos Bancários - CDBs	2	-	-	-	-
Letras Financeiras Bancos - LFs	2	7.201	7.201	25.270	25.270
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	1	1.666	1.666	4.420	4.420
Debêntures	2	-	-	-	-
		12.067	12.067	39.407	39.407
		24.033	24.033	45.148	45.148

	Nível	2025		2024	
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Passivos					
Custo amortizado					
Fornecedores	2	(6.482)	(6.482)	(3.030)	(3.030)
Arrendamentos		(126)	(126)	(152)	(152)
		(6.608)	(6.608)	(3.182)	(3.182)

A Companhia não operou instrumentos financeiros derivativos em 2025 e 2024.

No reconhecimento inicial, a Companhia mensura seus ativos e passivos financeiros a valor justo e classifica os mesmos conforme as normas contábeis vigentes. O valor justo é mensurado com base em premissas em que os participantes do mercado utilizariam ao precificar um ativo ou passivo, presumindo-se que ajam no seu melhor interesse econômico. As informações aplicadas nas técnicas de avaliação do valor justo são classificadas em três níveis de hierarquia do valor justo, como segue:

- **Nível 1. Mercado Ativo:** Preço Cotado - Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.
- **Nível 2. Sem Mercado Ativo:** Técnica de Avaliação - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.
- **Nível 3. Sem Mercado Ativo:** Título Patrimonial - Valor justo de investimentos em títulos patrimoniais que não tenham preços de mercado cotados em mercado ativo e de derivativos que estejam a eles vinculados e que devam ser liquidados pela entrega de títulos patrimoniais não cotados. O valor justo é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos, baseado em análises dos fluxos de caixa descontados.

A hierarquia de valor justo prioriza as informações (inputs) das técnicas de avaliação e não as técnicas de avaliação utilizadas para mensurar o valor justo. Em alguns casos, são utilizadas informações de diferentes níveis da hierarquia na mensuração do valor justo, sendo estas classificadas integralmente no mesmo nível de hierarquia de valor justo aplicável à informação significativa de nível mais baixo. Para os ativos e passivos reconhecidos ao valor justo de forma recorrente, a Companhia determina se houve transferência entre os níveis da hierarquia, reavaliando a categorização definida.

Metodologia de cálculo do valor justo das posições

Aplicações Financeiras: elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de juros e câmbio de papéis similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.

b) Gestão de riscos

O gerenciamento de riscos corporativos é uma ferramenta de gestão integrante das práticas de governança corporativa alinhada com o processo de planejamento, o qual define os objetivos estratégicos dos negócios da Companhia.

A Companhia monitora o risco financeiro de operações que possam comprometer a liquidez e a rentabilidade da Companhia, recomendando, quando necessário, estratégias de proteção (*hedge*) aos riscos de câmbio, juros e inflação, os quais estão efetivos, em linha, com a estratégia da Companhia.

Os principais riscos de exposição da Companhia estão relacionados a seguir:

Risco de crédito

O risco decorrente da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados é considerado baixo. A Companhia faz um acompanhamento buscando reduzir a inadimplência, de forma individual, junto aos seus consumidores. Também são estabelecidas negociações que viabilizem o recebimento dos créditos eventualmente em atraso.

Risco de taxa de juros

Este risco advém do impacto das oscilações das taxas de juros nacionais sobre o resultado financeiro líquido composto pelas receitas financeiras atreladas às aplicações financeiras realizadas pela Companhia. A Companhia não utiliza da contratação de instrumentos financeiros derivativos para proteção desse risco. A variação das taxas de juros é continuamente monitorada com o objetivo de avaliar a necessidade de contratação de instrumentos financeiros que mitiguem esse risco.

Risco de liquidez

A Companhia apresenta uma geração de caixa suficiente para cobrir suas exigências de caixa vinculadas às suas atividades operacionais.

A Companhia faz a administração do risco de liquidez, com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

A Companhia administra o risco de liquidez acompanhando permanentemente o seu Fluxo de Caixa, numa visão orçamentária, que projeta os saldos mensalmente, para cada uma das empresas, em um período de 12 meses, e de liquidez diária, que projeta os saldos diariamente para 180 dias.

As alocações de curto prazo obedecem, igualmente, a princípios rígidos e estabelecidos em Política de Aplicações, manejando seus recursos em fundos de investimento de crédito privado, sem riscos de mercado, com a margem excedente aplicada diretamente em CDB's ou operações de overnight remuneradas pela taxa CDI.

Na gestão das aplicações, a Companhia busca obter rentabilidade nas operações a partir de uma rígida análise de crédito bancário, observando limites operacionais com bancos baseados em avaliações que levam em conta *ratings*, exposições e patrimônio. Busca também retorno trabalhando no alongamento de prazos das aplicações, sempre com base na premissa principal, que é o controle da liquidez.

O fluxo de pagamentos das obrigações da Companhia, com dívidas pactuadas, incluindo as atualizações monetárias até as datas de vencimentos contratuais, está apresentado conforme abaixo.

	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
- Pré-fixadas						
Fornecedores	6.482	-	-	-	-	6.482
Arrendamentos	4	8	31	47	98	188
TOTAL	6.486	8	31	47	98	6.670

Outros riscos não financeiros monitorados pela administração

Risco de não renovação das concessões

A Companhia possui concessão para exploração dos serviços de geração de energia elétrica com a expectativa, pela Administração, de que seja renovada pela ANEEL e/ou Ministério das Minas e Energia. Caso a renovação da concessão não seja deferida pelos órgãos reguladores ou mesmo renovada mediante a imposição de custos adicionais para a Companhia (“concessão onerosa”), os atuais níveis de rentabilidade e atividade podem ser alterados.

21. NOTAS DE CONCILIAÇÃO

Para fins estatutários, a Companhia seguiu a regulamentação societária para a contabilização e elaboração das Demonstrações Financeiras societárias, sendo que para fins regulatórios, a Companhia seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador apresentada no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas societárias e regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas seguindo as práticas regulatórias com as informações apresentadas seguindo as práticas societárias.

a) Conciliação do ativo societário e regulatório

Notas	2025			2024		
	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
CIRCULANTE						
Caixa e equivalentes de caixa	3.343	-	3.343	10.358	-	10.358
Investimentos temporários	14.495	-	14.495	21.780	-	21.780
Consumidores, concessionárias e permissionárias	6.339	-	6.339	5.436	-	5.436
Tributos compensáveis	571	-	571	503	-	503
Outros ativos circulantes	54	-	54	96	(1)	95
TOTAL DO CIRCULANTE	24.802	-	24.802	38.173	(1)	38.172
NÃO CIRCULANTE						
Investimentos temporários	-	-	-	8.215	-	8.215
Tributos compensáveis	135	-	135	127	-	127
Depósitos judiciais	4.330	-	4.330	4.181	-	4.181
Imobilizado	21.1	48.643	38.351	86.994	51.144	41.314
Intangível	5.548	-	5.548	13.133	-	13.133
Direito de uso	104	-	104	136	-	136
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE	58.760	38.351	97.111	76.936	41.314	118.250
ATIVO TOTAL	83.562	38.351	121.913	115.109	41.313	156.422

b) Conciliação do passivo societário e regulatório

Notas	2025			2024		
	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
CIRCULANTE						
Fornecedores	6.482	-	6.482	3.030	-	3.030
Obrigações sociais e trabalhistas	447	-	447	523	-	523
Impostos, taxas e contribuições	3.725	-	3.725	4.506	-	4.506
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	8.737	-	8.737	25.062	-	25.062
Dividendos a pagar	496	-	496	-	-	-
Encargos setoriais	3.437	-	3.437	2.866	-	2.866
Convênio de compartilhamento	355	-	355	285	-	285
Outros passivos circulantes	-	-	-	51	-	51
Passivo de arrendamentos	42	-	42	39	-	39
TOTAL DO CIRCULANTE	23.721	-	23.721	36.362	-	36.362
NÃO CIRCULANTE						
Imposto de renda e contribuição social diferidos	21.2	1.493	13.142	14.635	3.902	14.152
Encargos setoriais		476	-	476	3.362	-
Obrig. Vinculadas à conces. e permis. serviço público de energia elétrica	21.2	312	(312)	-	312	(312)
Provisões		1.017	-	1.017	1.553	-
Outros passivos não circulantes		1	-	1	15	-
Passivo de arrendamentos		84	-	84	113	-
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		3.383	12.830	16.213	9.257	13.840
TOTAL DO PASSIVO		27.104	12.830	39.934	45.619	59.459
PATRIMÔNIO LÍQUIDO						
Capital social		36.833	-	36.833	36.833	-
Reservas de lucros		19.625	-	19.625	32.657	-
Reserva de ajuste de avaliação patrimonial	21.1	-	25.521	25.521	-	27.473
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		56.458	25.521	81.979	69.490	27.473
PASSIVO TOTAL		83.562	38.351	121.913	115.109	41.313

c) Conciliação do resultado societário e regulatório

Notas	2025			2024		
	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
RECEITA BRUTA	101.590	-	101.590	162.174	-	162.174
Fornecimento de energia elétrica	97.704	-	97.704	161.443	-	161.443
Suprimento de energia elétrica	-	-	-	-	-	-
Energia elétrica de curto prazo	3.886	-	3.886	731	-	731
TRIBUTOS	(25.223)	-	(25.223)	(42.363)	-	(42.363)
ICMS	(17.440)	-	(17.440)	(30.151)	-	(30.151)
PIS/Pasep	(1.388)	-	(1.388)	(2.178)	-	(2.178)
Cofins	(6.395)	-	(6.395)	(10.034)	-	(10.034)
ENCARGOS – PARCELA “A”	(3.683)	-	(3.683)	(4.298)	-	(4.298)
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	(640)	-	(640)	(1.017)	-	(1.017)
Reserva Global de Reversão – RGR	(790)	-	(790)	(801)	-	(801)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH	(1.846)	-	(1.846)	(2.024)	-	(2.024)
Taxa Fiscalização Serv. Energia Elétrica – TFSEE	(407)	-	(407)	(456)	-	(456)
RECEITA LÍQUIDA	72.684	-	72.684	115.513	-	115.513
CUSTOS NÃO GERENCIÁVEIS - PARCELA “A”	(19.781)	-	(19.781)	(13.550)	-	(13.550)
Energia elétrica comprada para revenda	(19.781)	-	(19.781)	(13.550)	-	(13.550)
RESULTADO ANTES DOS CUSTOS GERENCIÁVEIS	52.903	-	52.903	101.963	-	101.963
CUSTOS GERENCIÁVEIS - PARCELA “B”	(21.880)	(2.962)	(24.842)	(23.962)	(2.973)	(26.935)
Pessoal e administradores	(2.223)	-	(2.223)	(2.441)	-	(2.441)
Materiais	(862)	-	(862)	(606)	-	(606)
Serviços de terceiros	(9.452)	-	(9.452)	(8.255)	-	(8.255)
Arrendamentos e aluguéis	(3)	-	(3)	(7)	-	(7)
Seguros	(85)	-	(85)	(83)	-	(83)
Doações, contribuições e subvenções	(5)	-	(5)	(1.025)	-	(1.025)
Impostos e taxas	(401)	-	(401)	(10)	-	(10)
Depreciação e amortização	21.1 (10.619)	(2.962)	(13.581)	(10.623)	(2.973)	(13.596)
Provisões	536	-	536	(819)	-	(819)
Gastos diversos	(725)	-	(725)	(93)	-	(93)
Outras receitas	1.959	-	1.959	-	-	-
RESULTADO DA ATIVIDADE	31.023	(2.962)	28.061	78.001	(2.973)	75.028
Resultado financeiro	4.556	-	4.556	3.679	-	3.679
Receitas financeiras	5.296	-	5.296	4.145	-	4.145
Despesas financeiras	(740)	-	(740)	(466)	-	(466)
Resultado antes dos impostos sobre o lucro	35.579	(2.962)	32.617	81.680	(2.973)	78.707
Imposto de renda e contribuição social corrente	(13.472)	-	(13.472)	(29.667)	-	(29.667)
Imposto de renda e contribuição social diferido	21.2 2.409	1.010	3.419	2.855	1.011	3.866
RESULTADO LÍQUIDO	24.516	(1.952)	22.564	54.868	(1.962)	52.906

d) Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório

	2025	2024
Patrimônio líquido societário	81.979	96.963
Efeito dos ajustes de práticas contábeis		
Reavaliação - Custo atribuído	(38.663)	(41.625)
Tributos – IR/CS	13.142	14.152
Patrimônio líquido regulatório	56.458	69.490

e) Conciliação do lucro líquido societário e regulatório

	2025	2024
Lucro líquido societário	22.564	52.906
Efeito dos ajustes de práticas contábeis		
Depreciação - Reavaliação do custo atribuído	2.962	2.973
Imposto de renda e contribuição social	(1.010)	(1.011)
Total dos ajustes de práticas contábeis	1.952	1.962
Lucro líquido regulatório	24.516	54.868

As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios são separadas das Demonstrações Financeiras societárias da outorgada. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as instruções contábeis para fins regulatórios especificam um tratamento ou divulgação diferentes para alguns itens do balanço e da demonstração de resultado.

As principais alterações entre os saldos apresentados nas Demonstrações Contábeis Regulatórias e nas Demonstrações Financeiras Societárias são como segue:

21.1. Imobilizado

Os efeitos são decorrentes das diferenças de práticas contábeis entre a contabilidade societária e a regulatória. Na adoção das normas internacionais de contabilidade em 2010, a Companhia registrou os ativos de geração utilizando o custo atribuído na data, conforme laudo de avaliação realizado por empresa avaliadora. Conforme MCSE, nas demonstrações contábeis regulatórias são estornados os saldos do ativo, da reserva de ajustes de avaliação patrimonial e a consequente depreciação e baixa desses saldos no resultado do exercício.

21.2. Efeitos Fiscais

A Companhia apresentou os efeitos fiscais decorrentes dos ajustes da diferença de práticas contábeis mencionadas acima.

*** **

Demétrio Alexandre Ferreira
Diretor-Presidente

Sérgio Teixeira de Castro
Diretor

Leonardo George de Magalhães
Diretor

Luiza de Almeida Pereira Lopes
Superintendente de Controladoria

Bruno Philipe Silvestre Rocha
Gerente de Contabilidade Financeira e
Participações
Contador - CRC-MG- 121.569/O-7

TERMO DE RESPONSABILIDADE

Pelo presente Termo de Responsabilidade, declaramos sob as penas da Lei a veracidade das informações apresentadas à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, expressando o compromisso de observância e cumprimento das normas, procedimentos e exigências estabelecidos pela legislação do setor elétrico, bem como da ciência das penalidades as quais ficaremos sujeitos. Estamos cientes que a falsidade das informações, bem como o descumprimento do compromisso ora assumido, além de obrigar a devolução de importâncias recebidas indevidamente, quando for o caso, sujeitar-se às penalidades de multa do Grupo V inciso XVII, da Resolução Normativa nº 846, de 11 de junho de 2019, bem como as previstas nos artigos 171 e 299, ambos do Código Penal.

Belo Horizonte, 31 de julho 2026

Outorgada: Sá Carvalho S.A.

Demétrio Alexandre Ferreira
Diretor- Presidente

Leonardo George de Magalhães
Diretor

Sérgio Teixeira de Castro
Diretor

Luiza de Almeida Pereira Lopes
Superintendente de Controladoria

Bruno Phillipe Silvestre Rocha
Gerente de Contabilidade Financeira e
Participações
Contador- CRC-MG-121.569/O-7

RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 846, DE 11 DE JUNHO DE 2019

Art. 13º - Constitui infração do Grupo V:

(...)

XVII – Fornecer documentos ou informações falsas à ANEEL;

CÓDIGO PENAL

Art. 171 – Obter, para si ou para outrem, vantagem ilícita, em prejuízo alheio, induzindo ou mantendo alguém em erro, mediante artifício, ardil ou qualquer outro meio fraudulento.

Art. 299 – Omitir, em documento público ou particular, declaração que devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar, obrigação ou alterar a verdade sobre o fato juridicamente relevante.